

A Comunicação dos Atos Processuais: Citação e Intimação (Incluídas as Normas das Leis nºs 11.280/06 e 11.419/06)

José Raimundo Gomes da CRUZ*

• **SUMÁRIO:** 1 Comunicação dos atos processuais. 2 As cartas. 3 A citação: conceito, classificação e espécies. 4 Inexistência e nulidade da citação. 5 Efeitos da citação. 6 Citação postal. 7 Citação por mandado, com hora certa e por carta. 8 Citação por edital. 9 A citação por meio eletrônico. 10 A intimação: conceito, classificação e espécies. 11 A intimação pessoal do Ministério Público e da Fazenda Pública. 12 A intimação e os prazos. 13 A intimação por meio eletrônico. Referências bibliográficas.

• **RESUMO:** O artigo começa examinando a informação dos atos do processo judicial às partes e aos demais sujeitos do processo. Depois, ele trata de cada meio usado para a comunicação ao réu (citação) e aos demais sujeitos (intimação), incluindo a comunicação eletrônica.

• **PALAVRAS-CHAVE:** Comunicação. Citação. Intimação. Comunicação eletrônica.

1 Comunicação dos atos processuais

O Código de Processo Civil, no Livro I, "Do Processo de Conhecimento", Título V, "Dos Atos Processuais", dedica seu Capítulo IV (arts. 200 a 242) às "comunicações dos atos". Há manuais recentes que não se referem ao tema, ou só se limitam a tratar da citação. Obra indispensável de teoria geral apenas cuida de registrar que a "comunicação processual, consistente em citações ou intimações, é realizada pelo escrivão, com o auxílio dos Correios, ou pelo oficial de justiça, em cumprimento a mandados judiciais" (CINTRA; GRINOVER; DINAMARCO, 2000, p. 334). Outros, enfim, elaboram estudo mais detido sobre o assunto (DINAMARCO, 2001, v. 2, p. 502-527; v. 3, p. 403-443; THEODORO JÚNIOR, 1997, v. 1, p. 251-

274; SANTOS, 1997, v. 2, p. 159-181; GRECO FILHO, 2000, v. 2, p. 27-40).

Como disposições gerais, os arts. 200 e 201, na verdade, ou terão sentido mais amplo, naquele, ou mais restrito, neste. Quer dizer, no capítulo sobre atos de comunicação, em rigor, não caberia o disposto no art. 200: "Os atos processuais serão cumpridos por ordem judicial ou requisitados por carta, conforme hajam de realizar-se dentro ou fora dos limites territoriais da comarca". Não se ignora que as cartas não se limitam aos atos processuais de comunicação (citação e intimação), destinando-se também à realização de atos instrutórios (perícia, depoimento de testemunha) e atos constitutivos (penhora, arresto).

O art. 201 dispõe: "Expedir-se-á carta de ordem se o juiz for subordinado ao tribunal de que ela emanar; carta rogatória, quando dirigida à autoridade judiciária estrangeira; e carta precatória, nos demais casos". Percebe-se que, além de as cartas não se limitarem, como já vimos, aos atos processuais de comunicação, a norma do art. 201 deveria achar-se na Seção II, dedicada às cartas.

O que se deve destacar é que os atos de comunicação ganham particular relevo, a partir da mais pacífica e elementar definição do contraditório: ciência bilateral dos atos do processo, com a possibilidade de impugná-los. Pela citação, uma das espécies de atos de comunicação, o demandado, no processo de conhecimento contencioso, ou o interessado, nos casos da chamada jurisdição voluntária (arts. 10 e 20 do CPC), fica ciente da sua condição de parte no processo, podendo agir de acordo com tal situação. Se o réu juntar aos autos algum documento, o autor deve

* Procurador de Justiça de São Paulo. Mestre e doutor em Direito pela Universidade de São Paulo.

receber a devida comunicação, por meio do ato de intimação, para que possa impugnar a autenticidade do documento ou fazer eventual prova que o contrarie.

Na própria comarca ou foro relativo à Justiça Federal, o próprio juiz ordena a realização dos atos processuais. Não podendo, contudo, a autoridade judiciária brasileira atuar fora do nosso território, ante a soberania dos Estados estrangeiros, só se admitem atos de colaboração ou cooperação dos juizes alienígenas. Mesmo no plano interno, também não pode o juiz ou tribunal conseguir certos objetivos sem a cooperação do juiz de outra comarca ou outro foro federal, por meio de solicitação adequada, ante a competência de cada órgão jurisdicional.

O impulso processual, que independe de requerimentos das partes, faz que o processo avance sem retrocessos, pois os prazos preclusivos das partes, uma vez transcorridos sem utilização por elas, impedem retornos a fases ou situações ultrapassadas. Daí a importância dos atos de comunicação, seja de atos processuais ocorridos, seja até de fatos processuais *stricto sensu*, pois os prazos se contam a partir da devida comunicação (citação ou intimação).

2 As cartas

Genericamente, a carta pode ser definida como o ato de comunicação por meio do qual uma autoridade judiciária solicita a cooperação de outra. Aqui, na Seção 2, como vimos, deveria achar-se a norma do art. 201, que distingue suas três espécies: a carta de ordem (dirigida por tribunal a juiz hierarquicamente subordinado); a carta rogatória (solicitação de cooperação de autoridade judiciária estrangeira) e a carta precatória (nos demais casos – portanto, não apenas entre juizes de primeiro grau, mas também quando o tribunal não exercer a competência de derrogação dos atos do órgão jurisdicional de grau inferior).

A conceituação da carta rogatória não oferece margem a dúvida: trata-se da solicitação da cooperação jurisdicional dirigida a órgão judiciário de outro país.

Já a distinção entre as cartas relativas à cooperação jurisdicional nacional exige maior atenção. Com base no art. 201 do Código de Processo Civil

(CPC), a carta de ordem corresponde à solicitação de cooperação jurisdicional dirigida por um tribunal a juízo de primeiro grau de jurisdição ou a outro tribunal que lhe seja hierarquicamente subordinado (DINAMARCO, op. cit., v. 2, p. 514/515). O mesmo dispositivo legal considera a carta precatória como a relativa aos *demais casos*. Há quem considere que ela só ocorre “quando dirigida a juiz nacional de igual categoria jurisdicional” (THEODORO JÚNIOR, op. cit., p. 252). Na verdade, a carta precatória consiste na solicitação de cooperação jurisdicional dirigida por órgão judiciário a outro do mesmo país, sem que entre eles exista relação hierárquica, podendo ser do mesmo grau, ou de tribunal a outro órgão judiciário, de outra Justiça, mas, repetindo, sem a subordinação hierárquica (DINAMARCO, op. cit., p. 517).

O art. 202 do CPC enumera os requisitos essenciais das três espécies de cartas: “I - a indicação dos juizes de origem e de cumprimento do ato; II - o inteiro teor da petição, do despacho judicial e do instrumento do mandato conferido ao advogado; III - a menção do ato processual, que lhe constitui o objeto; IV - o encerramento com a assinatura do juiz”.

Na carta mais freqüente, por exemplo, serão o deprecante, que faz a solicitação da cooperação, e o deprecado, destinatário da solicitação. A cópia integral da petição e do respectivo despacho judicial permite ao deprecado conhecer aquilo que, de relevante para o caso, consta dos autos, os quais, obviamente, permanecem na sede do juízo de origem. Indispensável é também o instrumento de mandato conferido aos advogados, salvo se as partes tiverem constituído advogado perante o juízo destinatário da carta, para acompanhar o cumprimento dela (NEGRÃO; GOUVÊA, 2007, nota nº 3 ao art. 202 do CPC). O objeto da carta esclarecerá se ela se destina a atos de comunicação (citação, intimação) ou a outros escopos (prova, constrição). O encerramento, com a assinatura do juiz traz a nota de autenticidade da carta.

O § 1º do art. 202 trata de requisitos facultativos da carta: “O juiz mandará trasladar, na carta, quaisquer outras peças, bem como instruí-la com mapa, desenho ou gráfico, sempre que estes documentos devam ser examinados, na diligência, pelas partes, peritos ou testemunhas”. Enumerados nos

incisos anteriores os requisitos essenciais, a expressão verbal usada (*mandará trasladar*) apenas aparentemente nivela a cópia dos atos postulatorios com todo o material ilustrativo indicado de modo exemplificativo. O § 2º se limita à solicitação da prova pericial.

A Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, a chamada Lei do Processo Eletrônico, acrescentou ao art. 202 o seguinte § 3º: “A carta de ordem, carta precatória ou carta rogatória pode ser expedida por meio eletrônico, situação em que a assinatura do juiz deverá ser eletrônica, na forma da lei” (em seu art. 10, inciso III, a mesma lei regula a assinatura eletrônica).

Sete artigos seguintes (203-208 e 212) só se aplicam às cartas de ordem e precatórias. O art. 203 se refere ao prazo, que, evidentemente, a autoridade judiciária brasileira não poderia fixar em carta rogatória: “Em todas as cartas declarará o juiz o prazo dentro do qual deverão ser cumpridas, atendendo à facilidade das comunicações e à natureza da diligência”. Quanto ao prazo da rogatória, já houve acórdão com entendimento contrário (NEGRÃO; GOUVÊA, op. cit., nota nº 1 ao art. 203 do CPC). Mesmo nos casos de âmbito nacional, o destinatário da carta pode ultrapassar o prazo, devendo, contudo, comunicar ao órgão de origem tal ocorrência.

Para facilitar o mecanismo das cartas internas, especialmente as que visem a atos de comunicação, o art. 204 instituiu seu caráter *itinerante*: “antes ou depois de lhe ser ordenado o cumprimento, poderá ser apresentada a juízo diverso do que dela consta, a fim de se praticar o ato”. Por exemplo, tratando-se de carta precatória para citação de alguém, antes de expedido o mandado para a diligência do oficial de justiça, ou até depois, a carta poderá ser apresentada a outro juízo, por lhe caber a prática do ato solicitado.

O caso de *urgência* admite a utilização de telegrama, radiograma ou telefone (art. 205). Contudo, nosso meio forense e nosso legislador sempre se mostraram céticos a respeito de tais transmissões e mesmo da remessa comum de correspondência, cercando-as de segurança um tanto exagerada. Assim, o art. 206 dispõe: “A carta de ordem e a carta precatória, por telegrama ou radiograma, conterão,

em resumo substancial, os requisitos mencionados no art. 202, bem como a declaração, pela agência expedidora, de estar reconhecida a assinatura do juiz”. No tocante ao uso do telefone, o art. 207 estabelece:

O secretário do tribunal ou o escrivão do juízo deprecante transmitirá, pelo telefone, a carta de ordem, ou a carta precatória ao juízo, que houver de cumprir o ato, por intermédio do escrivão do primeiro ofício da primeira vara, se houver na comarca mais de um ofício ou de uma vara, observando, quanto aos requisitos, o disposto no art. antecedente.

§ 1º O escrivão, no mesmo dia ou no dia útil imediato, telefonará ao secretário do tribunal ou ao escrivão do juízo deprecante, lendo-lhe os termos da carta e solicitando-lhe que lhe confirme.

§ 2º Sendo confirmada, o escrivão submeterá a carta a despacho.

Há certa incoerência em admitir-se o telefonema para confirmação no dia imediato: “Mesmo entre Porto Alegre e Belém, o interessado pode viajar em avião de carreira, levando consigo a carta, e demorar tanto ou menos tempo do que a confirmação, no dia seguinte, do telefonema do expedidor da carta” (ARAGÃO, 1991, v. 2, p. 205).

A Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que regula os Juizados Especiais, dispensa o uso de carta precatória (art. 13, § 2º e 18 inciso III).

A propósito do uso do fax ou do e-mail, ainda há restrições, entre nós. A doutrina mais recente sugere: “A crescente confiabilidade das transmissões via fax ou por e-mail deve conduzir os órgãos judiciais a mitigar esses rigores” (DINAMARCO, op. cit., v. 2, p. 525); a referência ao fax impõe seja mencionado o seguinte precedente: “A citação via fax praticamente equivale à feita por telefone, que não é admitida, de uma ou de outra forma, por ausência de previsão legal” (cf. NEGRÃO; GOUVÊA, op. cit., nota no 1.a ao art. 221 do CPC); também não vale a intimação por telefone (cf. *ibidem*, nota nº 10 ao art. 238 do CPC), embora conste precedente contrário. A Lei nº 9.800, de 26 de maio de 1999, restringe a per-

missão do uso do "fac-símile ou outro similar, para a prática de atos processuais que dependam de petição escrita" (art. 1º). Ela não se refere a atos de comunicação processual.

A Lei nº 11.280, de 16 de fevereiro de 2006, com vigência 90 dias após a data da sua publicação, ocorrida em 17 de fevereiro de 2006, acolhe tal sugestão. Ela mantém o *caput* do art. 154 do CPC ("Os atos e termos processuais não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir, reputando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preenchem a finalidade essencial."). Mas introduz o seguinte parágrafo único: "Os tribunais, no âmbito da respectiva jurisdição, poderão disciplinar a prática e a comunicação oficial dos atos processuais por meios eletrônicos, atendidos os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil".

Cabe notar que o Título IV das *California Rules of Court* se dedica às regras para o *Judicial Council* e o *Administrative Office of the Courts*, enquanto o seu Título V traça as normas especiais para cortes de julgamento: regras para o Direito de Família (Divisão I), regras para cortes de menores (Divisão 1.a), regras para arbitragem judicial em casos civis (Divisão III), regras para pequenas causas (Divisão IV), regras para a utilização do fax (Divisão VI) (*Standard California Codes*, 1998; cf. também meu artigo Os códigos do Estado da Califórnia (EUA), apud *Revista Brasileira de Direito Comparado*, 2005), v. 27, p. 190. A propósito do uso do fax ou do e-mail, insisto em que ainda há restrições, entre nós. Por tal razão, convém acrescentar que a regra 2001 do diploma californiano dispõe: "As regras desta divisão são adotadas de acordo com o Código de Processo Civil, § 1012.5 e a autoridade concedida ao *Judicial Council*, pela Constituição, artigo VI, seção 6." O vastíssimo texto do art. 1012.5 do CPC da Califórnia se refere a outra peculiaridade da sua legislação processual *latu sensu*, incluídas as normas de organização judiciária codificadas e classificadas entre os códigos estaduais, mas sem a denominação de código. Aí também se observa certa peculiaridade local: atividade legislativa experimental, por meio de projetos pilotos (CRUZ, 2005, p. 165-167). O Código de Processo

Civil da Província de Quebec, Canadá, prevê em seu art. 20: "Nos casos em que uma lei ou regulamento preveja o uso do correio, o governo pode, se o serviço postal se interromper, autorizar a utilização, segundo as modalidades que ele fixar, de outro meio de comunicação" (Code de Procédure Civile - Code of Civil Procedure, 1997, p. 7/8; cf. também meu artigo Canadá: direito e processo, apud *Revista Forense*, v. 351, p. 154, jul./set. 2000). No capítulo sobre o ajuizamento da demanda, o art. 112, segunda parte, do mesmo código canadense dispõe: "o procurador deve inscrever seu nome, endereço, número de telefone e fax, se tiver, no original e em todas as cópias" – da petição inicial (cf. CRUZ, op. cit., p. 156).

Percebe-se, nos dois sistemas lembrados, certa dispersão na atribuição de poderes normativos. A matéria se caracteriza pela exigência de grande especialização e flexibilidade, justificando-se a opção do legislador.

Enfim, há precaução quanto às despesas com os atos solicitados em casos de urgência:

Art. 208. Executar-se-ão, de ofício, os atos requisitados por telegrama, radiograma ou telefone. A parte depositará, contudo, na secretaria do tribunal ou no cartório do juízo deprecante, a importância correspondente às despesas que serão feitas no juízo em que houver de praticar-se o ato.

A propósito dos telegramas, nos Estados Unidos eles deixaram de existir, segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, de 26 de fevereiro de 2006: "Tecnologia sepulta os telégrafos, que revolucionaram as comunicações no início do século 19". E no Brasil? Estaríamos também a caminho de tal epílogo? Na mesma página, a resposta, assinada por Renato Cruz: "No Brasil dos sem e-mail, o serviço cresce a cada ano". No ano passado, foram enviados 11,8 milhões de telegramas, entre nós, 10% a mais do que no ano anterior, já que o acesso à *Internet* se restringe a 24% da população. Nos Estados Unidos, só não acessa a rede mundial quem não quer: daí o correio eletrônico ter matado o telégrafo.

O destinatário da carta tem o *dever* de cumpri-la, quer dizer, tal conduta é exigida pelo ordenamento jurídico, o que sujeita o violador de

tal dever às sanções legalmente previstas, até de natureza penal. A redação tradicional incluía certa promessa de reciprocidade, em carta futura expedida pelo destinatário, hoje totalmente dispensável. Claro que o cumprimento de tal dever poderá ser recusado, em casos expressos:

Art. 209. O juiz recusará cumprimento à carta precatória, devolvendo-a com despacho motivado:

- I - quando não estiver revestida dos requisitos legais;
- II - quando carecer de competência, em razão da matéria ou da hierarquia;
- III - quando tiver dúvida acerca de sua autenticidade.

Se faltar, por exemplo, a comprovação da procuração, a precatória não poderá ser cumprida (NEGRÃO; GOUVÊA, op. cit., nota nº 3.a ao art. 209 do CPC). Competência decorrente da matéria ou da hierarquia, evidentemente, é absoluta, não se aplicando à incompetência relativa (*ibidem*, nota nº 4, último parágrafo, ao art. 209 do CPC). De resto, sendo duvidosa a autenticidade da carta, esta não será cumprida (DINAMARCO, op. cit., p. 521, se refere, com razão, à recusa de cumprimento às *cartas de ordem e precatórias*).

Os arts. 210 e 211 se dedicam às cartas rogatórias, mais raras e sujeitas também a regras alheias ao CPC. O primeiro deles dispõe:

A carta rogatória obedecerá, quanto à sua admissibilidade e modo de seu cumprimento, ao disposto na convenção internacional; à falta desta, será remetida à autoridade judiciária estrangeira, por via diplomática, depois de traduzido para a língua do país em que há de praticar-se o ato.

A convenção internacional se inclui entre os acordos celebrados entre dois Estados soberanos, os quais, pela via do mútuo consentimento, obrigam-se a cumprir as cláusulas ajustadas, no peculiar plano de coordenação existente no Direito Público Internacional, já que este não observa a subordinação

própria do direito interno. Não havendo convenção sobre o tema, a remessa da carta rogatória seguirá a via diplomática, também própria das relações regidas pelo Direito Internacional Público. A tradução será feita por auxiliar eventual da Justiça, por coerência com o art. 157 do CPC. Por sua vez, o art. 211 estabelece: "A concessão de exequibilidade às cartas rogatórias das justiças estrangeiras obedecerá ao disposto no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal". Tal dispositivo se manteve, enquanto não revogado o art. 102, inciso I, alínea *h*, da Constituição de 1988, que atribuía ao STF a competência originária para processar e julgar "a homologação das sentenças estrangeiras e a concessão do 'exequatur' às cartas rogatórias". Revogado tal dispositivo pela Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004, que também alterou o art. 105 da Constituição Federal, incluiu-se na competência do Superior Tribunal de Justiça, no seu inciso I: "*i*) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias". Por força do art. 109, inciso X, a mesma Constituição atribui à Justiça Federal a competência para processar e julgar "a execução de carta rogatória, após o 'exequatur'". *Exequatur*, termo latino que significa *cumpra-se*, ou, mais literalmente, *execute-se*, é o ato pelo qual o STJ manda que se cumpra a sentença estrangeira devidamente homologada, ou a carta rogatória emanada de autoridade estrangeira, independentemente de homologação (cf. NÁUFEL, 1959, v. 2, p. 318/319, embora referindo-se ao regime anterior).

Entre os sete artigos exclusivamente dedicados às cartas nacionais, como vimos, inclui-se o art. 212 do CPC: "Cumprida a carta, será devolvida ao juízo de origem, no prazo de 10 (dez) dias, independentemente de traslado, pagas as custas pela parte". Não se tratando de prazo da parte, sujeito a preclusão, os 10 dias não devem, mas podem, ser ultrapassados. A dispensa do traslado favorece seu cumprimento. A exigência do pagamento de custas, perante o órgão destinatário, porém, pode trazer atraso na devolução.

O art. 338, *caput*, do CPC, dispunha: "A carta precatória e a carta rogatória não suspendem o processo, no caso de que trata o art. 265, IV, *b*, senão quando requeridas antes do despacho saneador".

Este dispositivo passou a ter a seguinte redação, por força da Lei nº 11.280, de 16 de fevereiro de 2006, já citada: “A carta precatória e a carta rogatória suspenderão o processo, no caso previsto na alínea b do inciso IV do art. 265 desta Lei, quando, tendo sido requeridas antes da decisão de saneamento, a prova nelas solicitada apresentar-se imprescindível”. Louve-se a coerência do uso da expressão *decisão de saneamento*, já que se trata de ato recorrível por meio de agravo, e não mero despacho, que continua irrecorrível (art. 504 do CPC, com a redação trazida pela Lei nº 11.276, de 7 de fevereiro de 2006). O legislador poderia ter incorporado o entendimento no sentido de que se “o juiz considera indispensável a prova objeto da carta, pode suspender o processo, apesar de a mesma ter sido requerida após o saneador” (NEGRÃO; GOUVÊA, 2005, nota nº 4.a ao art. 338 do CPC). O art. 265, inciso IV, alínea b, do CPC prevê a suspensão do processo quando a sentença de mérito “não puder ser proferida senão depois de verificado determinado fato, ou de produzida certa prova, requisitada a outro juízo”. E o § 5º do mesmo artigo acrescenta: “Nos casos enumerados nas letras a, b e c do inciso IV, o período de suspensão nunca poderá exceder um (1) ano. Findo este prazo, o juiz mandará prosseguir no processo”. De passagem, apenas, entendimento rigoroso deixaria de acolher a doutrina baseada na distinção entre prova típica e prova atípica: esta é “a prova em que a informação chega ao juiz de uma forma diferente daquela contemplada na lei para a prova típica correspondente” (cf. MOREIRA, 2001, p. 39 e ss., especialmente p. 45).

3 A citação: conceito, classificação e espécies

O art. 213 do CPC define: “Citação é o ato pelo qual se chama a juízo o réu ou o interessado a fim de se defender”. Reparos mais ou menos aceitáveis se fazem a tal conceito, que não abrangeria a citação para o processo de execução baseado em título extrajudicial (por força do art. 475-J do CPC, resultante da Lei nº 11.232, de 22 de dezembro de 2005, o cumprimento da sentença não mais depende de citação), pois ali o executado não é chamado a juízo para defender-se, mas para fazer a prestação a que

se acha obrigado pelo título executivo ou para, após a nomeação de bens à penhora, por exemplo, na execução por quantia certa contra devedor solvente, *eventualmente*, opor embargos à execução, espécie de defesa com caráter também de ação incidente. Na verdade, o Livro I, “Do Processo de Conhecimento”, não constitui *parte geral* do CPC. Por meio da norma do seu art. 598, e mesmo se ele não existisse, forçosamente se aplicariam subsidiariamente à execução as disposições que regem o processo de conhecimento” (CRUZ, in: *Revista de Processo*, v. 25, n. 98, p. 93, abr./jun. 2000. Ora, no Livro II, “Do Processo de Execução”, o art. 652, no exemplo citado da execução por quantia certa contra devedor solvente, estabelece que o executado “será citado para, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, pagar ou nomear bens à penhora”. A propósito, em matéria de execução, há opinião de prestígio considerando a citação “também ato coativo” (MARQUES, 1983, v. 4, p. 76).

Constou, acima, que o executado é citado, entre outras finalidades, para, *eventualmente*, apresentar defesa. Também no processo de conhecimento, a defesa, geralmente mediante contestação, é eventual, pois se trata de ônus do réu. Quer dizer, faculdade ou conduta permitida pelo ordenamento jurídico, cujo exercício é necessário para a realização de um interesse (não ficar revel e conseguir que o juiz leve em consideração também suas razões). Logo, o réu não é obrigado a defender-se, ou melhor, não tem tal dever, que se define como a conduta exigida pelo ordenamento jurídico.

Por meio da citação, principalmente, pode-se dizer que o demandado passa a ser réu no processo. Embora indicado seu nome, no pólo passivo da relação processual, pela petição inicial, só o autor já era *parte* ao ingressar com tal petição inicial em juízo. E o processo já existia e até podia ser extinto antes da citação, por exemplo, se a petição inicial fosse inapta (arts. 263, 267, inciso I, e 295, inciso I e parágrafo único do CPC). O réu se torna *parte* com a citação ou se, dispensando-a, ingressar em juízo, espontaneamente, oferecendo ou não defesa. Esta constitui mero ônus, como vimos. Outros efeitos da citação serão examinados adiante.

Antes do atual CPC, os conceitos dos atos de comunicação não se mostravam seguros. Além da

citação e da intimação, incluía-se a notificação, que atualmente é prevista apenas como medida cautelar (art. 867 e seguintes, especialmente art. 873, do CPC).

Nos períodos mais antigos do processo civil romano, a citação era feita pelo próprio demandante (TUCCI; AZEVEDO, 1996, p. 55-57 e 80-83), só aparecendo a comunicação pelo oficial de justiça no período mais recente, sendo certo que aquele chamamento pelo próprio demandante ocorria também entre os bárbaros germânicos. Entre os mais antigos romanos, “a esquiva do demandado autorizava o demandante a ‘oborto collo rapere in ius’, isto é, agarrá-lo pelo pescoço, torcendo a gola da túnica, conduzindo-o, assim, até o pretor” (AZEVEDO, 1980, p. 105).

Em termos comparativos, para as devidas precauções, por um lado, o próprio vocábulo italiano *citazione* não pode ser traduzido por *citação*, mas como ato inicial do processo ou petição inicial. Por outro lado, o próprio sistema da comunicação da demanda ao réu, na Itália, difere muito do nosso, sendo primeiro feita a entrega da petição inicial ao oficial da justiça (DINAMARCO, Notas. ENRICO TULLIO LIEBMAN, 1984, v. 1, p. 247 e 256). Observou-se, no direito italiano, até a possibilidade da “simples citação sem propositura de demanda” (CHIOVENDA, 1943, v. 2, p. 412). Importante parece a inevitável exigência da comunicação da demanda ao réu (*Code de Procédure Civile* — *Code of Civil Procedure* da Província de Quebec, art. 5, op. cit.; *summons*, no direito inglês e norte-americano, por exemplo, §§ 412.10 e seguintes do *Code of Civil Procedure* do Estado da Califórnia — *Standard California Codes*, op. cit., e as regras 4 e 4.1 das *Federal Rules of Civil Procedure* — *Federal Civil Judicial Procedure and Rules*, 1999; signification, dos arts. 651 e seguintes do *Nouveau Code de Procédure Civile* francês, 1987; a *Ladung*, da ZPO alemã, § 274, 1978, e da ZPO austríaca, § 131, 1991).

Importante livro do período dos códigos estaduais de processo já criticava a confusão terminológica, “propondo conceito de tal ato público, judicial, de chamamento a juízo da ‘parte ou qualquer outra pessoa subsidiária do processo’” (LOPES DA COSTA, 1927, p. 3-9; CRUZ, 1992, p. 302). O conceito do mesmo processualista, sob o CPC de 1939, era o seguinte: “A citação (de *citare* — chamar) é o cha-

mamento a juízo, de qualquer pessoa do processo, partes, testemunhas, peritos” (LOPES DA COSTA, v. 2, p. 169, 1959). Esse autor sugeria que a intimação não era “em si mesma, um ato processual independente, mas derivado de outro [...] Intima-se a citação, intima-se a notificação [...]” (op. cit., p. 185/186). Provável influência de sistemas estrangeiros, especialmente do italiano já citado.

Enfim, deve ser afastada a expressão *citação circunduta* do Código Civil de 1916: “Hoje, no vigente regime processual, não mais se pode falar em citação circunduta, por isso que não se tem aquela audiência destinada especialmente à acusação da citação” (ROSA, 1957, p. 152, referindo-se, portanto, ao CPC de 1939, mas valendo para o atual). Não coincide opinião mais recente: “A citação é nula também por circunduta (CC, art. 175), isto é, quando necessário for o comparecimento do autor em audiência e este não o fizer, como ocorre com o pedido de prestação alimentar, formulado pelo procedimento da Lei de Alimentos (Lei nº 5.478, de 25-7-1968, arts. 6º e 7º)” (SANTOS, 1996, v. 1, p. 249). Não parece que tal audiência seja para a antiga acusação da citação, em tal caso ou na situação análoga do procedimento sumário. Preferível a segurança doutrinária habitual, em face do art. 175 do Código Civil de 1916, mesmo antes da sua revogação pelo novo CC: “Hoje não existe mais a circundução da citação, de sorte que o texto acima, nesta parte, ficou superado” (NEGRÃO, 2002, nota nº 2 ao art. 175 do Código Civil de 1916). De resto, o novo Código Civil nem se refere à citação circunduta (arts. 202-204).

Ante o exposto, o mais correto conceito de citação é o que a considera “o ato mediante o qual se transmite ao demandado a ciência da propositura da demanda, tornando-o parte no processo” (DINAMARCO, 2001, v. 2, p. 503). O art. 214 concorre para tal noção, dispondo que, para “a validade do processo, é indispensável a citação inicial do réu”.

A citação se classifica como *direta* (quando ela conduz de fato os termos da demanda ao sujeito legitimado a oferecer resposta a ela) ou *indireta* (a citação feita em pessoa diferente da legitimada a oferecer a defesa). Exemplos da direta: citação do próprio demandado e, se ele for incapaz, do seu representante legal; da indireta, do procurador com

poderes específicos e do mero preposto do citando, em certos casos (DINAMARCO, op. cit., v. 3, p. 405 e ss.). O art. 215 do CPC não faz, com exatidão, a distinção:

Far-se-á a citação pessoalmente ao réu, ao seu representante legal ou ao procurador legalmente autorizado.

§ 1º Estando o réu ausente, a citação far-se-á na pessoa de seu mandatário, administrador, feitor ou gerente, quando a ação se originar de atos por eles praticados.

§ 2º O locador que se ausentar do Brasil sem cientificar o locatário de que deixou na localidade, onde estiver situado o imóvel, procurador com poderes para receber citação, será citado na pessoa do administrador do imóvel encarregado do recebimento dos aluguéis.

Observa-se que a palavra *feitor*, usada para compor dispositivo exemplificativo, tem o significado de *gestor* (FERREIRA, 1999). Por outro lado, havendo legislação extravagante sobre os procedimentos especiais em matéria de locação de imóveis urbanos, mais seguro seria incluir lá o disposto no § 2º do art. 215 do CPC.

Como acabamos de ver, a citação na pessoa do representante legal é *direta*. Mas pode acontecer que o demandado, ainda não declarado interdito e não dispondo de representante legal (art. 8º do CPC), já se apresente em sério estado de doença mental. Daí a norma do art. 218 do CPC:

Também não se fará citação, quando se verificar que o réu é demente ou está impossibilitado de recebê-la.

§ 1º O oficial de justiça passará certidão, descrevendo minuciosamente a ocorrência. O juiz nomeará um médico, a fim de examinar o citando. O laudo será apresentado em 5 (cinco) dias.

§ 2º Reconhecida a impossibilidade, o juiz dará ao citando um curador, observando, quanto à sua escolha, a preferência estabelecida na lei civil. A nomeação é restrita à causa.

§ 3º A citação será feita na pessoa do curador, a quem incumbirá a defesa do réu.

Assim, teremos, mesmo sem a incapacidade genérica, com curador permanente em qualquer caso, uma curatela restrita ao caso concreto. De qualquer modo, será típica hipótese de citação *direta*, porque levada a efeito na pessoa do curador *ad hoc*, legitimado para apresentar a defesa do réu.

Também se classifica a citação como *real* (quando feita via mandado, mediante oficial de justiça que entra em contato com o citando, ou quando feita pelo correio, havendo o mesmo contato do carteiro com o citando) ou como citação *ficta* (a citação com hora certa, sem o contato do oficial de justiça com o citando, e a citação por edital). Para que, preferencialmente, a citação seja *real*, e não *ficta*, o art. 216 do CPC determina que ela se faça “em qualquer lugar em que se encontre o réu”. Por comodismo, o autor ou o oficial de justiça pode optar pela citação por edital, ou, só o oficial de justiça, pela citação com hora certa, quando a provável citação real em outro endereço exige sempre nova (ou novas) diligência (s). A mesma idéia se encontra no parágrafo único do art. 216: “O militar, em serviço ativo, será citado na unidade em que estiver servindo se não for conhecida a sua residência ou nela não for encontrado”. Claro que a regra não vale para o militar da reserva, sendo evidente o empenho na localização do local de trabalho dele, caso não seja possível a citação na sua residência. Tal norma torna ainda mais precária a citação ficta que tiver omitido a diligência na unidade em que o militar preste serviços.

O oficial de justiça correrá o risco até de não conseguir depois a citação real, autorizado por texto expresso de lei, inspirado em razões de solidariedade humana:

Art. 217. Não se fará, porém, a citação, salvo para evitar o perecimento do direito:

I - a quem estiver assistindo a qualquer ato de culto religioso;

II - ao cônjuge ou a qualquer parente do morto, consanguíneo ou afim, em linha reta, ou na linha colateral em segundo grau, no dia do

falecimento e nos 7 (sete) dias seguintes;
III - aos noivos, nos 3 (três) primeiros dias de bodas;

IV - aos doentes, enquanto grave o seu estado.

Cabe notar que a Lei nº 8.952, de 13 de dezembro de 1994, revogou o primitivo inciso I, reenumerando os incisos seguintes. Percebeu, o legislador, o engano de restringir a citação do funcionário público na repartição em que presta serviços. Não havia motivo para pôr em risco a ulterior citação real, como nos casos remanescentes, em que o respeito ao sentimento religioso, ou o respeito aos mortos por seus familiares, a privacidade do casal recentemente casado ou a solidariedade humana com pessoa gravemente enferma justifica o adiamento, aliás, em geral de curta duração, da realização da citação pessoal. No caso do servidor público, a suposta vantagem, na realidade, de modo permanente, acabava dificultando a sua citação real.

Quanto às espécies de citação, o art. 221 do CPC, com o acréscimo trazido pela Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, dispõe: “A citação far-se-á: I - pelo correio; II - por oficial de justiça; III - por edital; IV - por meio eletrônico, conforme regulado em lei própria”.

Tendo dedicado a Seção II, Capítulo IV, às *cartas*, em última análise, modalidade de citação por mandado, com a única diferença de ser ele expedido pelo juiz destinatário da carta de ordem, rogatória ou precatória, a Seção III, do mesmo Capítulo, não destaca, a respeito, espécie autônoma de citação. Por outro lado, a citação com hora certa não chega a constituir espécie de citação, mas um modo ficto de fazer a citação por mandado, diante de certa situação de fato: a suspeita de ocultação do citando.

Restaria lembrar a citação feita na pessoa do advogado (arts. 57, *caput*, na citação dos opostos, e 316, quanto à reconvenção, apesar da redação, pois a hipótese do art. 603, parágrafo único, com a redação trazida pela Lei nº 8.898, de 29 de junho de 1994, no tocante à liquidação de sentença, foi revogada pela Lei nº 11.232, de 23 de dezembro de 2005), justificada pela anterior presença dele na relação processual e pela instrumentalidade das formas processuais.

4 Inexistência e nulidade da citação

O art. 214 do CPC considera, como já vimos, em seu *caput*, indispensável a citação inicial do réu, para a validade do processo. E o sistema da legalidade rígida dos atos processuais, por nosso CPC adotado, destaca-se em particular no seu art. 247: “As citações e as intimações serão nulas, quando feitas sem observância das prescrições legais.” No entanto, os acréscimos do art. 214 esclarecem: “§ 1º O comparecimento espontâneo do réu supre, entretanto, a falta de citação. § 2º Comparecendo o réu apenas para argüir a nulidade e sendo esta decretada, considerar-se-á feita a citação na data em que ele ou seu advogado for intimado da decisão”.

A instrumentalidade das formas mostra, aí, toda a sua força. O ato de comunicação da demanda ao réu apresenta enorme importância. Mas sua finalidade é permitir o ingresso do réu na relação processual, exercendo suas faculdades, poderes e ônus, já que também assume as posições passivas dos deveres e da sujeição. Esta, como se sabe, consiste na inevitabilidade do provimento jurisdicional para as partes.

Entende-se que a falta da citação, ou inexistência desta no processo de conhecimento em que foi proferida a sentença condenatória, com revelia, não permita sequer que tal sentença transite em julgado: a qualquer tempo, a executada poderá argüir tal inexistência e mesmo a nulidade da sentença, no processo de execução contra a Fazenda Pública (art. 741, inciso I, do CPC, com a redação trazida pela Lei nº 11.232, de 22 de dezembro de 2005), independentemente de impugnação recursal ou de ação autônoma de impugnação (rescisória ou anulatória).

Mas isso só com a revelia, pois o comparecimento da ré afasta o defeito até da inexistência do ato de citação. E ainda que ela só compareça para alegar a nulidade da citação, esta não mais será feita, pois seria totalmente inútil. A intimação da decisão do juiz decretando a nulidade servirá de prazo inicial para a resposta da ré, ou, mais exatamente, considerar-se-á feita a citação na data de tal intimação, ao advogado ou ao réu. Mais uma evi-

dente manifestação do princípio da instrumentalidade das formas (CRUZ, 1995, p. 613/614).

5 Efeitos da citação

O art. 219 do CPC enumera alguns efeitos da citação, sem mencionar o já referido de comunicar ao réu a causa e torná-lo parte. MOREIRA divide os efeitos da citação em efeitos de ordem *processual* e efeitos de ordem *material* (conforme Liebman já o observava em "Nota". CHIOVENDA, 1943, v. 2, p. 399), acrescentando:

O teor do art. 263, 2ª parte, literalmente atribui vários deles, arrolados no art. 219, à *propositura da ação*, e não à citação em si, conquanto esclareça que apenas se operam, quanto ao réu, "depois que for validamente citado". Trata-se, a essa luz, de efeitos cuja produção se subordina a uma condição (legal) suspensiva [...]. Não se deve entender com rigor, por equívoca, a cláusula restritiva "quanto ao réu". Alguns dos efeitos enumerados no art. 219, como o da constituição em mora, só mesmo ao réu podem dizer respeito, sendo, pois, supérflua a restrição. Por outro lado, é inconcebível, *v.g.*, que a coisa se torne litigiosa, *quanto a terceiros*, em momento diverso daquele em que se torna tal *para o réu*, o que acarretaria sérias dificuldades quando se tivesse de apreciar a eficácia de atos de disposição porventura por este praticados entre a propositura da ação e a citação (MOREIRA, 1997, p. 32).

Não convém esquecer, contudo, que o terceiro, que porventura adquira algum bem imóvel, pelo menos, pode saber da distribuição da causa, mesmo antes da citação do réu alienante do referido bem, sendo as certidões dos distribuidores destinadas a esse fim (CRUZ, abr./jun. 2000, v. 25, n. 98, p. 110).

Cuidando dos efeitos processuais da citação *válida*, concordamos com a referida proposta: a) completar a constituição da relação jurídica processual, que passa a incluir, além do autor e do juiz, o

réu; b) prevenir, nos casos de competência concorrente (*v.g.*, arts. 94, §§ 1º, 2º e 3º, *fine* e 4º; 95, 2ª parte; 100, parágrafo único), a do órgão judicial que a ordenou (art. 219, *caput*), quanto à ação proposta e a outras que perante ele hajam de correr, independentemente da precedência na distribuição e no despacho da inicial — ressalvada a hipótese de serem distribuídas ações conexas a dois ou mais órgãos com "a mesma competência territorial" (dois juízes de uma mesma comarca ou seção judiciária), quando então incidirá a regra *especial* do art. 106, considerando-se prevento o órgão que houver despachado em primeiro lugar; c) produzir litispendência (art. 219, *caput*) ensejando, se for o caso, enquanto dure o processo, e desde que satisfeitos os requisitos do art. 301, §§ 1º e 3º, a arguição ou a pronúncia *ex officio* (art. 301, § 4º), no feito onde a citação haja sido *posterior*, da preliminar mencionada no inciso V do mesmo artigo, e a conseqüente extinção, sem julgamento de mérito, do segundo processo (art. 267, n.ºs IV e V); d) tornar inadmissível a ampliação do pedido (art. 294) e, sem o consentimento do réu, a alteração daquele ou da *causa petendi* (art. 264, *caput*...); e) tornar inadmissível, salvo nos casos legalmente previstos, a mudança das partes no processo (art. 264, *caput, fine*) [...] São efeitos materiais da citação válida: a) fazer litigiosa a coisa (*rectius*: o direito deduzido em juízo) (art. 219, *caput*; b) constituir o réu em mora (art. 219, *caput*, desde que esta ainda não haja sido produzida por ato ou fato anterior à instauração do processo: c) interromper a prescrição (art. 219, *caput*) ou obstar ao escoamento do prazo extintivo (art. 220), *retroagindo* esse efeito à data da propositura da ação, nos termos do art. 219, §§ 1º a 4º, na redação da Lei no 8.952. Excedidos os prazos dos §§ 2º e 3º, a citação apenas surtirá o efeito interruptivo ou obstativo da data *em que se realizar*, desde que até então não se haja consumado a prescrição ou a extinção do direito: assim se deve entender a norma do art. 219, § 4º, onde melhor se diria "[...] haver-se-á por não interrompida *na data da propositura da ação*" (MOREIRA, op. cit., p. 32/33).

Percebe-se, desde logo, que o art. 219 não prevê todos os efeitos da citação. Como ele apresenta enorme interesse teórico e prático, convém transcrevê-lo, antes de fazer outras observações:

A citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa; e, ainda quando ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição.

§ 1º A interrupção da prescrição retroagirá à data da propositura da ação.

§ 2º Incumbe à parte promover a citação do réu nos dez dias subseqüentes ao despacho que a ordenar, não ficando prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário.

§ 3º Não sendo citado o réu, o juiz prorrogará o prazo até o máximo de noventa dias.

§ 4º Não se efetuando a citação nos prazos mencionados nos parágrafos antecedentes, haver-se-á por não interrompida a prescrição.

§ 5º Não se tratando de direitos patrimoniais, o juiz poderá, de ofício, conhecer da prescrição e decretá-la de imediato.

§ 6º Passada em julgado a sentença, a que se refere o parágrafo anterior, o escrivão comunicará ao réu o resultado do julgamento.

Os três primeiros parágrafos têm a redação resultante da Lei nº 8.952, de 13 de dezembro de 1994.

Citação *válida*, como consta do texto legal. Logo, se anulada a citação, ela não produz os referidos efeitos (NEGRÃO; GOUVÊA, 2007, nota nº 2 ao art. 219 do CPC).

E, por outro lado, como também consta do dispositivo legal, a citação é *parcialmente* ineficaz, quando deferida por juiz incompetente: "do disposto na 2ª parte do art. 219, *caput*, infere-se que ela deixa de produzir (seja relativa ou absoluta a incompetência, pois a lei não distingue) os efeitos da prevenção, da litispendência e da litigiosidade. No tocante aos dois primeiros, quer isso dizer: a) que, não obstante efetivada com anterioridade, a citação determinada por órgão incompetente (na hipótese do art. 107, à luz de critério *diverso* do territorial!) não

torna prevento o órgão que determinou a citação; b) que, ajuizada a mesma ação perante o órgão X, competente, e o órgão Y, incompetente, a circunstância de haver-se realizado em primeiro lugar a citação por este ordenada não autoriza a extinção (sem julgamento do mérito), por provocação da parte ou *ex officio* (art. 301, nº V e § 4º), do processo instaurado perante X: o outro, sim, é que deve extinguir-se — a menos que, nele, a competência de Y (quando possível) se tenha prorrogado *antes* de feita a citação por ordem de X: assim, caso nesse ínterim, sendo *relativa* a incompetência de Y, se haja esgotado *in albis* o prazo para oferecer exceção." (MOREIRA, op. cit., p. 33).

Não deve ficar dúvida sobre um ponto: mesmo inidônea, a citação, para alguns dos seus efeitos, o processo não é nem *inexistente* nem *nulo*.

6 Citação postal

A redação originária do art. 222 do CPC restringia a citação postal: "A citação pelo correio só é admissível quando o réu for comerciante ou industrial, domiciliado no Brasil." A orientação jurisprudencial mostrava-se rigorosa quanto à entrega da carta ao destinatário, embora já aceita para destinatário residente em outra comarca (NEGRÃO, 1983, nota nº 3 ao art. 222 do CPC).

Por força da Lei nº 8.710, de 24 de setembro de 1993, o art. 222 do CPC passou a contar o texto seguinte:

A citação será feita pelo correio, para qualquer comarca do País, exceto:

- a) nas ações de estado;
- b) quando for ré pessoa incapaz;
- c) quando for ré pessoa de direito público;
- d) nos processos de execução;
- e) quando o réu residir em local não atendido pela entrega domiciliar de correspondência;
- f) quando o autor a requerer de outra forma.

A precedência da referência à citação pelo correio de modo algum pode servir como argumento para a sua prioridade, pois já havia tal precedência nos arts. 321 e 322, antes da alteração deste, e a citação pelo correio ainda era excepcional, como vimos no início deste tópico.

A citação pelo correio continua restrita, como se o legislador, desconfiando dela, só a reservasse para situações disponíveis, afastando-a das chamadas matérias indisponíveis (ações de estado, de que nos dá idéia o art. 81, inciso II; quando ré pessoa incapaz ou de direito público). Imprópria para a finalidade da execução (o carteiro não pode desempenhar as funções do oficial de justiça, o que exigiria inútil duplicação de diligências), onde a citação pelo correio é vedada, a deficiência dos serviços postais, na entrega da correspondência em domicílio, exige a atuação do oficial de justiça para supri-la. E o legislador parece ter admitido a própria desconfiança de qualquer autor ao propor demanda, facultando-lhe requerer outra espécie ou modo de citação.

Nossa vida forense, às vezes, revela certa contradição. Para argüir a chamada exceção de pré-executividade, muitos devedores se antecipam ao próprio despacho positivo do juiz na petição inicial, em geral propugnando a recorribilidade do "Cite-se". Note-se que, havendo em tal ingresso antecipado o tal comparecimento espontâneo do art. 214, § 1º, que supre a própria citação, a impugnação ao mencionado despacho fica sem qualquer utilidade, com evidente preclusão lógica. Caso, porém, o réu prefira evitar a citação, a atuação do correio se torna um tanto insegura, com jurisprudência destituída de consistente firmeza, nos freqüentes casos em que o próprio destinatário ou representante legal da pessoa jurídica não assine o recibo devolvido pelo carteiro (NEGRÃO; GOUVÊA, 2007, notas nº 3 a 6 ao art. 223 do CPC, com a redação dada pela Lei nº 8.710/93).

O próprio rigor formal, justificável, até pela vantagem do nosso procedimento legal e rígido, percebe-se no art. 223, também resultante da Lei nº 8.710/93:

Deferida a citação pelo correio, o escrivão ou chefe da secretaria remeterá ao citando cópias da petição inicial e do despacho do juiz, expressamente consignada em seu inteiro teor a advertência a que se refere o art. 285, segunda parte, comunicando, ainda, o prazo para a resposta e o juízo e cartório, com o respectivo endereço.

Parágrafo único. A carta será registrada para entrega ao citando, exigindo-lhe o carteiro, ao fazer a entrega, que assine o recibo. Sendo o réu pessoa jurídica, será válida a entrega a pessoa com poderes de gerência geral ou de administração.

Funciona, em tudo, a intermediação do juízo: a carta contém a cópia da petição inicial com o despacho do juiz, sendo o auxiliar da documentação incumbido dela, com o concurso do agente do correio, com registro e aviso de recebimento. Como veremos adiante, no estudo da intimação, a advertência do art. 285, segunda parte, e a informação do prazo para a resposta ou comparecimento (art. 277 e seu § 2º do CPC, com a redação dada pela Lei nº 9.245, de 26 de dezembro de 1995) constituem intimação ou "ato pelo qual se dá ciência alguém dos atos e termos do processo, para que faça ou deixe de fazer alguma coisa" (art. 234 do CPC) (DINAMARCO, 2001, v. 2, p. 506, e v. 3, p. 413).

Pela menor segurança da citação pelo correio, o art. 222 omite outra ressalva à admissão da citação postal: quando esta se frustrar, far-se-á por meio do oficial de justiça, evidentemente se não for caso da citação por edital.

Embora a experiência da citação postal fora do processo civil possa ser favorável, ela ainda não pode ser considerada o modo preferencial de citação nele.

7 Citação por mandado, com hora certa e por carta

O art. 224 do CPC, com a redação que lhe deu a Lei nº 8.710/93, ante o exposto, só aparentemente confirma a preferência do legislador pela citação postal: "Far-se-á a citação por meio de oficial de justiça nos casos ressaltados no art. 222, ou quando frustrada a citação pelo correio".

Ante a provável, ou apenas possível, frustração da citação postal, o autor poderá preferir, nos casos em que isso já não seja exigido pelo art. 222, desde logo, a citação pelo oficial de justiça.

Quando isso ocorrer, por livre escolha do autor ou por imposição da lei, o art. 225 dispõe sobre a ordem de citação do juiz:

O mandado, que o oficial de justiça tiver de cumprir, deverá conter:

- I - os nomes do autor e do réu, bem como os respectivos domicílios ou residências;
- II - o fim da citação, com todas as especificações constantes da petição inicial, bem como a advertência a que se refere o art. 285, segunda parte, se o litígio versar sobre direitos disponíveis;
- III - a cominação, se houver;
- IV - o dia, hora e lugar do comparecimento;
- V - a cópia do despacho;
- VI - o prazo para defesa;
- VII - a assinatura do escrivão e a declaração de que o subscreve por ordem do juiz.

Parágrafo único. O mandado poderá ser em breve relatório, quando o autor entregar em cartório, com a petição inicial, tantas cópias desta quantos forem os réus; caso em que as cópias depois de conferidas com o original farão parte integrante do mandado.

Também aí se acham presentes, em essência, os mesmos requisitos da citação por carta, enquanto ato de comunicação com intermediação do juízo, sem colaboração de auxiliar eventual, que é, na citação postal, o carteiro. Os nomes e endereços dos citandos são indispensáveis para que o oficial de justiça os localize. O fim da citação, no caso, se concretiza na causa de pedir e no pedido, núcleo objetivo ou libelo da petição inicial. A eventual cominação (art. 287 do CPC, com pena pecuniária para o descumprimento de obrigações de fazer ou de não fazer), o momento e o local do comparecimento, por exemplo, na audiência do procedimento sumário, e o prazo de defesa constituem, como vimos a propósito da citação postal, intimação. O despacho traduz a ordem de citação proferida pelo juiz. A assinatura do escrivão com a declaração de que ela decorre de ordem do juiz, embora enumerada em pé de igualdade com os outros incisos, tem sido considerada dispensável (NEGRÃO; GOUVÊA, 2007, nota nº 9 ao art. 225 do CPC).

O modelo legal da atuação do oficial de justiça é o seguinte:

Art. 226. Incumbe ao oficial de justiça procurar o réu e, onde o encontrar, citá-lo:

- I - lendo-lhe o mandado e entregando-lhe a contrafé;
- II - portando por fé se recebeu ou recusou a contrafé;
- III - obtendo a nota de ciência, ou certificando que o réu não a apôs no mandado.

Se a citação deve ser feita em qualquer lugar em que o citando se encontre (art. 216), o oficial de justiça não pode ter atitude comodista nas suas diligências. Portanto, deve empenhar-se em citar pessoalmente o réu. Claro que ele não violará as normas sobre o tempo dos atos processuais (por exemplo, o repouso noturno, conforme o art. 172 do CPC) ou o disposto no art. 217 do CPC.

O ato de citação se inicia pela leitura ao citando do mandado. Explica-se que, principalmente sendo o réu pessoa iletrada ou de má vontade, o oficial se limite à explicação geral do significado do ato, o que pode ser mais eficiente do que a leitura de petição em linguagem inacessível, até porque é ato de operador da atividade processual. O oficial de justiça das pequenas comarcas localiza as pessoas até por seus apelidos, porque conhece todo mundo. Já o oficial dos grandes centros, atendendo a recomendações da Corregedoria Geral da Justiça, deve exigir o documento de identidade do citando, ou, quando não conseguir isso, descrevê-lo na sua certidão. O oficial deve entregar ao citando a contrafé que corresponde à cópia do mandado e da petição inicial que o integra.

O oficial de justiça goza de fé pública, quanto à forma dos atos de sua responsabilidade e quanto à veracidade dos fatos que ele declarar que ocorreram em sua presença. Se o oficial de justiça certificar algo que dependa de registro público, claro que nada valerá a sua certidão. Se ele negar a existência de certo endereço, a fácil comprovação contrária disso o desmentirá. Mas o que acontece em seu contato com o citando, merece fé (art. 143 do CPC e NEGRÃO; GOUVÊA, op. cit., nota nº 1 a tal dispositivo). Se o oficial de justiça declara que o réu aceitou ou recusou a contrafé, isso tem fé pública, só deixando de prevalecer se produzida prova convincente em contrário.

A obtenção da *nota de cliente*, ou simples declaração de *cliente*, com data e assinatura do citado no mandado deve ser declarada pelo oficial de justiça, da mesma forma que a recusa por parte do réu. A falta de certificação de qualquer dessas formalidades, dos incisos do art. 226 do CPC, gera nulidade (MACHADO, 1993, p. 167/168). Não parece tão rigorosa a jurisprudência sobre tal assunto (NERY JUNIOR; ANDRADE NERY, 1996, p. 647).

Breve comentário doutrinário sugere sua transcrição:

Frustrada a citação pelo correio, deve ser tentada a citação pessoal por oficial de justiça. Quando também esta restar infrutífera, ocorrendo as circunstâncias apontadas na Lei (CPC 227), poderá ser marcada hora certa para a citação do réu que se oculta para evitá-la. (NERY; ANDRADE NERY, op. cit., p. 647).

Pelo que vimos, a citação por oficial de justiça não cabe só quando infrutífera a citação postal. Aquela é até mais geral, pois há casos em que não se admite a citação pelo correio. Certo, mesmo, é que a hora certa só se relaciona com a citação pelo oficial de justiça, também chamada de citação por mandado.

A leitura do art. 227 ajuda a demonstrá-lo:

Quando, por três vezes, o oficial de justiça houver procurado o réu em seu domicílio ou residência, sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar a qualquer pessoa da família, ou em sua falta a qualquer vizinho, que, no dia imediato voltará, a fim de efetuar a citação, na hora que designar.

Trata-se, portanto, de citação indireta, porque levada a efeito em intermediário próximo do réu (familiar, vizinho, serviçal). Existe tendência à ampliação. O legislador concorreu para isso, tornando possível a citação do servidor público na repartição em que preste seus serviços (art. 217, cujo inciso I, sobre o tema, foi revogado pela Lei nº 8.952, de 13 de dezembro de 1994).

Não se trata de citação real, mas ficta; portanto, só admissível se efetivamente demonstrada a ocultação. Mera ausência, no horário diurno, pode decorrer até do trabalho exercido pelo citando. Se o oficial de justiça deve “procurar o réu e, onde o encontrar, citá-lo”, e se pode fazê-lo no local de trabalho ou na repartição onde presta serviços o servidor público, é totalmente reprovável que ele marque hora certa por suspeita de ocultação. Além de não poder localizar o citando em outro endereço, o oficial cuidará de motivar, em resumo, os indícios da ocultação do réu. No processo de execução há dispositivo impondo ao oficial procurar o citando “3 (três) vezes em dias distintos” (art. 653, parágrafo único, do CPC). Logo, as três vezes do art. 227 do CPC não terão de ser em dias distintos, mas não se impede que seja em dias distintos, pois a exigência no dispositivo da execução faz presumir a vantagem de tal restrição. A escolha do mencionado intermediário da citação recairá em familiar, empregado doméstico ou vizinho, admitindo-se no local de trabalho, conforme destaca Dinamarco (2001, v. 3, p. 421/422), alguém que trabalhe ali). O próprio art. 227 prevê designação de hora para o dia *útil* (art. 172 do CPC, *caput*) imediato, o que afasta a exigência das horas exatas da procura do citando pelo oficial de justiça.

A etapa seguinte da citação com hora certa se acha no art. 228 do CPC:

No dia e hora designados, o oficial de justiça, independentemente de novo despacho, comparecerá ao domicílio ou residência do citando, a fim de realizar a diligência.

§ 1º Se o citando não estiver presente, o oficial de justiça procurará informar-se das razões da ausência, dando por feita a citação, ainda que o citando se tenha ocultado em outra comarca.

§ 2º Da certidão da ocorrência, o oficial de justiça deixará contrafé com pessoa da família ou com qualquer vizinho, conforme o caso, declarando-lhe o nome.

O uso forense conhece a expressão *levantamento da hora certa*, que corresponde à diligência

do oficial, no dia útil imediato e na hora previamente designada. No art. 227 consta que o oficial *deverá* providenciar a designação da hora certa. Claro, sem qualquer interferência do juiz (NEGRÃO e GOUVÊA, 2007, nota nº 2b. ao art. 227 do CPC). Também no dia imediato, o oficial de justiça agirá sem qualquer despacho ou outra providência do juiz. Se ocorrer a hipótese mais rara de encontrar o citando, o oficial de justiça fará citação direta e real, observando o art. 226 do CPC.

Se não encontrar o citando, o oficial de justiça procurará saber o motivo da ausência dele. Caso não seja confirmada a sua convicção anterior, quanto à ocultação dele, o oficial certificará o que o impede de concluir a citação com hora certa. Eventual viagem, facilmente demonstrável, principalmente para o exterior, ou internamento também comprovado para tratamento de saúde, ou o serviço como jurado, ou um dos motivos do art. 217 do CPC, só nessa oportunidade revelado, enfim, até a prisão ou a morte do citando poderá ser então informada. Obviamente, o oficial certificará o que ele então verificar. Caso se confirme a sua suspeita de ocultação, ele certificará isso, com breve motivação do seu convencimento, dando por citado o réu. É irrelevante saber onde este se encontra, pois só tem importância o fato de sua ocultação.

O oficial de justiça fará certidão da citação ficta, se confirmada, conforme o parágrafo anterior, a sua suspeita de ocultação e entregará a contrafé, ou cópia do mandado com a certidão e a cópia da inicial, ao intermediário da citação, familiar etc., que poderá não ser aquele intimado conforme o art. 227 do CPC, donde a necessidade de constar seu nome.

Tratando-se de citação indireta e ficta, o legislador tomou uma precaução, que não integra o ato de citação já levado a efeito: “Art. 229. Feita a citação com hora certa, o escrivão enviará ao réu carta, telegrama ou radiograma, dando-lhe de tudo ciência.” Não se trata nem de citação postal, nem de carta precatória, mas de correspondência simples, que poderá permitir ao citando eventual impugnação à citação ou, conforme o prazo porventura ainda existente, até a resposta. Convém insistir em que a citação fica completa com as providências do art. 228.

A citação *por carta* não passa de citação por mandado, que o oficial de justiça realiza por ordem direta do juízo a que serve, não daquele em que pende o processo. Na seção *das citações* (arts. 213-233) nada consta “sobre qualquer das modalidades da citação por carta, a qual se insere na disciplina geral *das cartas*, contida em seus arts. 202 a 212” (DINAMARCO, 2001, v. 3, p. 423).

As cartas, porém, sempre envolvem certa complicação, como vimos. Com o intuito de simplificar a atuação do oficial de justiça da própria comarca, o art. 230 do CPC, em seu texto originário já dispunha: “Nas comarcas contíguas, de fácil comunicação, o oficial de justiça poderá efetuar a citação em qualquer delas, desde que a residência ou lugar onde se encontra o citando seja próximo das divisas respectivas.” Contíguo significa próximo, vizinho, adjacente, unido. Às vezes, como acontece em Santos e São Vicente, nem se percebe a linha divisória entre as comarcas, o mesmo ocorrendo até nos limites entre Estados, separando duas comarcas, e até os dois Estados.

Com a Lei nº 8.710/93, tal dispositivo passou a ter a seguinte redação: “Nas comarcas contíguas, de fácil comunicação, e nas que se situem na mesma região metropolitana, o oficial de justiça poderá efetuar citações ou intimações em qualquer delas”. Tornou-se ainda mais ampla a atuação do oficial de justiça, evitando-se a expedição de carta precatória. Não mais se cogita da proximidade da linha divisória e até se dispensa a contigüidade, no caso das regiões metropolitanas. Enfim, incluiu-se, expressamente, a intimação, que já se considerava implicitamente contida na primitiva redação do art. 230 do CPC (NEGRÃO, 1983, nota nº 1 ao art. 230 do CPC).

8 Citação por edital

A citação por edital constitui a opção brasileira para o caso em que não seja possível a citação direta e real, ou mesmo a indireta e ficta com hora certa. Concilia-se a necessidade do autor de obter a tutela jurisdicional que busca, pelo exercício do poder ou direito público subjetivo de ação, com a do réu, de eventualmente tomar conhecimento da ação proposta em relação a ele. Como só eventualmente haverá ciência da citação por edital, institui-se, quan-

do revel, aquele, que foi citado por edital, a defesa por meio do curador especial (art. 9º, *caput* inciso II do CPC, aplicável também ao revel citado com hora certa), que, perante a Justiça estadual de São Paulo, já teve sua tarefa atribuída ao Ministério Público, como ainda acontece em outros Estados brasileiros. Outros países adotam processo cercado de outras garantias, sem a citação ficta, mas com recurso de prazo excepcionalmente longo, por exemplo.

O art. 231 do CPC dispõe:

Far-se-á a citação por edital:

- I - quando desconhecido ou incerto o réu;
- II - quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontra;
- III - nos casos expressos em lei.

§ 10 Considera-se inacessível, para efeito de citação por edital, o país que recusar o cumprimento de carta rogatória.

§ 20 No caso de ser inacessível o lugar em que se encontrar o réu, a notícia de sua citação será divulgada também pelo rádio, se na comarca houver emissora de radiodifusão.

Embora se possa considerar excepcional a citação por edital, dada a importância do direito de eventual defesa que o réu queira apresentar, o legislador chega a admitir a citação por edital, quando, normalmente, seria caso de citação por carta: "Citar-se-ão, conforme o disposto nos arts. 224 a 230, somente as pessoas domiciliadas na comarca por onde corre o inventário ou que aí foram encontradas; e por edital, com o prazo de 20 (vinte) a 60 (sessenta) dias, todas as demais, residentes, assim no Brasil como no estrangeiro" (art. 999, § 1º, do CPC). É um dos exemplos de citação por edital com base no inciso III do art. 231 do CPC, como também acontece com a citação dos arts. 653/654 do CPC.

Fora dos raríssimos casos em que o legislador autoriza a citação por edital, quando cabível outra modalidade de citação, ela só se legitima nas hipóteses previstas pelo art. 631 do CPC. Em primeiro lugar, quando desconhecido ou incerto o réu. Hipótese raríssima, mas exemplificada, em termos de jurisprudência, com invasores de propriedade rural, que o autor da ação possessória não consegue iden-

tificar (NEGRÃO; GOUVÊA, 2007, nota nº 6 ao art. 231 do CPC).

De todas as hipóteses, a mais freqüente é a de achar-se o citando em lugar ignorado, incerto ou inacessível, com predominância dos dois primeiros casos, que não chegam a distinguir-se. Na prática, consagrou-se a expressão *lugar incerto e não sabido*, que também traduz o desconhecimento do lugar em que se encontra o citando, para ser citado pessoalmente.

O § 1º do art. 231 considera inacessível, para efeito de citação por edital, o país que recusar o cumprimento de carta rogatória, como já aconteceu com os Estados Unidos, até algum tempo atrás.

Em outro tipo de lugar inacessível, cuidou o legislador de propiciar maior segurança ao citando, com a divulgação do edital também pelo rádio, com a óbvia condição de que a comarca inacessível conte com emissora de radiodifusão.

O art. 232 traz os requisitos da citação por edital:

- I - a afirmação do autor, ou a certidão do oficial, quanto às circunstâncias previstas nos ns. I e II do artigo antecedente;
- II - a afixação do edital, na sede do juízo, certificada pelo escrivão;
- III - a publicação do edital no prazo máximo de 15 (quinze) dias, uma vez no órgão oficial e pelo menos duas vezes em jornal local, onde houver;
- IV - a determinação, pelo juiz, do prazo, que variará entre 20 (vinte) e 60 (sessenta) dias, correndo da data da primeira publicação;
- V - a advertência a que se refere o art. 285, segunda parte, se o litígio versar sobre direitos disponíveis.

§ 1º Juntar-se-á aos autos um exemplar de cada publicação, bem como do anúncio, de que trata o n. II deste artigo.

§ 2º A publicação do edital será feita apenas no órgão oficial quando a parte for beneficiária da assistência judiciária.

A segurança jurídica predomina quando se prevê a presunção do conhecimento da lei nova pela

sua publicação no *Diário Oficial*, quando determinada idade indica a capacidade das pessoas e em tantas hipóteses análogas. Ao longo dos tempos, tal critério se mostrou, às vezes, injusto, mas prevaleceu pela segurança que ele proporciona. Também a publicação de editais pode não ser o meio mais eficiente, mas o que se pretende é estabelecer uma forma segura para a citação ficta. Reunidos certos atos, existe a citação por edital.

Em primeiro lugar, impõe-se que o próprio autor afirme que o réu é desconhecido ou incerto, ou que o oficial de justiça certifique tal fato. Também a hipótese da ignorância ou inacessibilidade, quanto ao lugar em que se encontra o citando, deve ser afirmada pelo autor ou certificada pelo oficial de justiça.

A afixação do edital, no lugar costumeiro do fórum, certificada pelo escrivão também se inclui entre os requisitos que caracterizam a citação por edital.

As publicações devem observar a concentração nos 15 dias, juntando-se exemplar de cada uma das três aos autos, constando a data, para o devido controle.

O edital conterà, em resumo, os requisitos do mandado de citação, devendo o juiz estabelecer certo prazo, de 20 a 60 dias, que se conta a partir da primeira das três publicações do inciso III. Após tal prazo, começa a correr o prazo de resposta do réu.

A advertência do art. 285, segunda parte, quanto a direitos disponíveis, também se faz na citação real.

Já mencionamos a juntada de exemplar das publicações, para controle (§ 1º). O § 2º se refere à assistência judiciária. A solução, para o autor necessitado, que deveria pagar as publicações do jornal local, foi suprimi-las.

Por último, o art. 233, de raríssima utilização, na prática, dispõe: "A parte que requerer a citação por edital, alegando dolosamente os requisitos do art. 231, I e II, incorrerá em multa de 5 (cinco) vezes o salário mínimo vigente na sede do juízo. Parágrafo único. A multa reverterá em benefício do citando."

O dispositivo revela timidez com atitude até criminoso do autor. O legislador, confirmando a tão propalada impunidade, prefere, para afirmação fal-

sa feita pelo autor, intencionalmente, impor-lhe a branda sanção de multa, que beneficiará o citando.

O que, realmente, importa, é a inexistência do processo ou sua nulidade. O revel, como temos demonstrado em vários estudos, nem deve correr o risco de submeter-se ao perigoso biênio da ação rescisória, pois não chega a formar-se a coisa julgada (CRUZ, 1995, p. 614).

9 A citação por meio eletrônico

O Capítulo II da Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, dedica-se à "Comunicação Eletrônica dos Atos Processuais". O art. 4º, dispositivo inicial de tal capítulo, refere-se à possibilidade de os tribunais criarem Diário da Justiça eletrônico, encerrando regras sobre prazos processuais e sobre intimações, entre outras. O art. 5º trata das intimações por meio eletrônico, alterando, assim, a ordem do CPC, observada no presente estudo.

Sobre as citações por meio eletrônico, dispõem os arts. 6º e 9º da Lei nº 11.419/06. O art. 6º determina: "Observadas as formas e as cautelas do art. 50 desta Lei, as citações, inclusive da Fazenda Pública, excetuadas as dos Direitos Processual Criminal e Infractional, poderão ser por meio eletrônico, desde que a íntegra dos autos seja acessível ao citando".

De qualquer modo, salvo o processo penal *latu sensu*, que abrange o relativo ao controle jurisdicional do processo disciplinar e qualquer outro de que possa resultar sanção penal em sentido amplo, para qualquer das partes, mesmo a Fazenda Pública, admite-se a citação por meio eletrônico.

A referência ao art. 5º, que será examinado no tópico seguinte, mostra que a Lei nº 11.419/06, colocou a intimação como a comunicação-padrão, passando a citação a sofrer aplicação subsidiária das regras daquela.

A melhor lição sobre as *leis penais*, para fins interpretativos e para evitar outros agravamentos indevidos, continua sendo a de Carlos Maximiliano (1961, p. 405):

[...] a rubrica *leis penais*, aposta a este capítulo, compreende todas as normas que impõem penalidades, e não somente as que alvejam os delinquentes e se enquadram em Códigos

criminais [...] Os preceitos mencionados regem, também, disposições de Direito Privado, de caráter punitivo; as relativas à *indignidade* do sucessor, por exemplo, e diversas concernentes à *falência*.

No campo disciplinar, chegamos, no terreno doutrinário, a defender a natureza jurisdicional material do processo administrativo respectivo, relativo à pena expulsória:

Embora a proposta se faça diretamente ao caso mais grave, ela pode ajustar-se às penalidades disciplinares ensejadoras de estigma para o servidor punido, ou que agravem a situação deste pela reincidência, valendo, ainda, além do campo disciplinar, de modo mais amplo, para toda punição de certa gravidade, a cargo da Administração Pública. (CRUZ, 1996, p. 382)

Talvez pela força do hábito, o novo dispositivo faça referência aos *autos*. Uma das vantagens do processo eletrônico consiste em evitar o conjunto, em geral espesso, de papéis presos a uma capa de papel encorpado. Bastaria constarem as peças sob registro eletrônico do processo ou outra expressão semelhante. Todas essas peças devem estar à disposição do citando.

O art. 7º da Lei nº 11.419/06 dispõe:

As cartas precatórias, rogatórias, de ordem e, de um modo geral, todas as comunicações oficiais que transitem entre órgãos do Poder Judiciário, bem como entre os deste e os dos demais Poderes, serão feitas preferentemente por meio eletrônico.

Concilia-se esta norma com a do art. 6º: entre os órgãos do Judiciário e entre estes e os de outros Poderes, preferencialmente far-se-ão as citações expressamente indicadas e demais comunicações oficiais por meio eletrônico.

10 A intimação: conceito, classificação e espécies

A intimação guarda muitos pontos comuns com a citação, pois ambas constituem atos proces-

suais de comunicação e integram seções do mesmo capítulo destes. O art. 234 do CPC define a intimação como "o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e termos do processo, para que faça ou deixe de fazer alguma coisa".

E já antecipamos certa visão que ainda mais associa ambos esses atos:

A primeira das intimações que se fazem no processo civil é aquela que vem incluída no ato de citação do demandado, onde ele é *intimado* do prazo ou momento para defender-se, comparecer *etc.*, com o convite a realizar o que compete e advertência sobre as consequências de eventual omissão. (DINAMARCO, 2001, v. 3, p. 429)

Outra observação merece nossa atenção:

Conhecimento direto é o que as pessoas recebem de imediato, simultaneamente à realização do ato a ser conhecido. Da sentença proferida em audiência as partes tomam ciência imediata e progressivamente, à medida que o juiz a dita ao auxiliar; quando interrompida a audiência para prosseguir outro dia, da nova designação ficam imediatamente cientes todos os sujeitos presentes *etc.* É impróprio falar em *intimação na própria audiência*, porque intimação é ato de comunicação processual [...] e, quando o conhecimento é direto, não se faz necessária intimação alguma: não se intima quem já sabe. (DINAMARCO, op. cit., v. 3, p. 429/430)

Em geral, como a intimação se aproveita da estrutura legal da citação, seu estudo se mostra esquemático, até com capítulo que demonstra tal entendimento: "Citação, intimações" (AMARAL SANTOS, 1997, p. 159).

Intimação pressupõe processo pendente, mas não a citação do réu, pois o autor é intimado do despacho positivo da sua petição inicial, do despacho que determina sua emenda e da eventual sentença que julgue extinto o processo, por exemplo, por inépcia da inicial.

As intimações são bem mais frequentes do que as citações, pois atingem os mais diversos sujeitos, principais e colaboradores, permanentes e eventuais do processo, e não apenas provocando o ingresso de parte ou terceiro no processo, mas dando a todos o conhecimento dos diversos atos do procedimento.

Há intimações simples, de que resultam *ônus*, ou faculdades cujo exercício é necessário para a realização de um interesse (p. ex., a ciência de uma decisão interlocutória, da qual resulta o *ônus* de recorrer, se a parte prejudicada com tal ato do juiz quiser evitar que haja preclusão e se pretender tentar a alteração do que foi decidido). Há também as intimações de natureza complexa, porque contêm comandos: nesse caso, elas geram deveres, ou condutas exigidas pelo ordenamento jurídico, cuja inobservância traduz desobediência e suas consequências, às vezes até de natureza criminal (DINAMARCO, 2001, v. 3, p. 432).

Há diversas espécies de intimações: a) pela imprensa; b) pelo correio; c) por oficial de justiça; d) pela vista dos autos; e) por edital. Como no caso das espécies de citação, nosso sistema é da legalidade rígida da forma, mas atenuado pela instrumentalidade do processo: irregular ou até inexistente a intimação, pouco importa, se o interessado não sofreu prejuízo.

O art. 235 dispõe: "As intimações se efetuam de ofício, em processos pendentes, salvo disposição em contrário". O impulso oficial (art. 262 do CPC) só exclui do juiz o poder de iniciativa do processo. Para que este avance sem retrocessos, porém, as intimações se sucedem, com a atuação das partes, sob pena de se consumarem as situações e fases do procedimento, ante o escopo de atingir-se, quanto antes, o provimento pedido.

A intimação mais frequente é a dos advogados, que se incumbem de praticar os atos cabíveis (requerer provas, juntar documentos, interpor recursos etc.):

Art. 236. No Distrito Federal e nas Capitais dos Estados e dos Territórios, consideram-se feitas as intimações pela só publicação dos atos no órgão oficial.

§ 1º É indispensável, sob pena de nulidade, que da publicação constem os nomes das partes e de seus advogados, suficientes para sua identificação.

§ 2º A intimação do Ministério Público, em qualquer caso, será feita pessoalmente.

Art. 237. Nas demais comarcas aplicar-se-á o disposto no artigo antecedente, se houver órgão de publicação dos atos oficiais; não o havendo, competirá ao escrivão intimar, de todos os atos do processo, os advogados das partes:

I - pessoalmente, tendo domicílio na sede do juízo;

II - por carta registrada, com aviso de recebimento, quando domiciliado fora do juízo.

A Lei nº 11.419/06 acrescentou ao art. 237 o seguinte parágrafo único: "As intimações podem ser feitas de forma eletrônica, conforme regulado em lei própria".

Duas observações prévias: da intimação do Ministério Público, trataremos em tópico adiante; incluímos o art. 237, porque ele, em rigor, trata da mesma intimação dos advogados. A regra geral é a prioridade da intimação pela imprensa. Há entidades, como a Associação dos Advogados de São Paulo, que mantêm serviço de leitura dos órgãos oficiais, recortando e remetendo aos advogados associados ou assinantes os trechos das suas respectivas intimações. O risco de eventual omissão é dos advogados. Um dos mais ilustres destes depõe a favor da referida Associação, cujos prepostos são tão diligentes que recortam até os atos em que o informante é citado por sua obra de doutrinador, e não como procurador de alguma das partes (DINAMARCO, 2001, v. 3, p. 434, nota 3 e texto correspondente).

Já se anulou, por louvável exigência da segurança jurídica, intimação pela imprensa que trazia o nome do advogado atuando em causa própria, mas não como advogado, exatamente porque só se faz a leitura dos nomes dos advogados (NEGRÃO; GOUVÊA, 2007, notas nºs 12c. ao art. 236 e 9 ao art. 238 do CPC). Mas se for incluído o nome do advogado, de modo suficiente para a identificação, não se anulará a intimação.

Nas comarcas em que não exista a intimação pela imprensa, o escrivão intimará, pessoalmente, os advogados. Se estes residirem em outra comarca, o mesmo auxiliar da Justiça expedirá carta registrada, com aviso de recebimento, à semelhança da citação postal.

O mesmo esquema acabará funcionando também em relação às partes e seus representantes legais: "Art. 238. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais e aos advogados pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria". A Lei nº 8.710/93, deu nova redação ao art. 238 do CPC, pois antes se previa a intimação por oficial de justiça. Passou, assim, a prevalecer a mesma regra do art. 237, no caso de não existir a intimação pela imprensa, abrangendo-se a opção das partes e seus representantes legais.

A mesma Lei nº 8.710/93 também alterou o art. 239 do CPC:

Far-se-á a intimação por meio de oficial de justiça quando frustrada a realização pelo correio.

Parágrafo único. A certidão de intimação deve conter:

- I - a indicação do lugar e a descrição da pessoa intimada, mencionando, quando possível, o número de sua carteira de identidade e o órgão que a expediu;
- II - a declaração de entrega da contrafé;
- III - a nota de ciência ou certidão de que o interessado não a apôs no mandado.

Como se vê, aqui a intimação pelo oficial de justiça se mostra subsidiária da postal, pois esta permanece a forma comum e geral de comunicação dos atos do processo, exceto o chamamento de parte ou terceiro à relação processual. As formalidades do ato não divergem, em essência, daquelas da citação por mandado.

11 A intimação pessoal do Ministério Público e da Fazenda Pública

Antecipamos referência e até a transcrição do art. 236, § 2º, do CPC, que estabelece a prerrogativa

do Ministério Público de contar, em qualquer caso, com intimação pessoal.

Não se trata de privilégio, que ocorre na desigualdade em termos de interesse privado. Quando o legislador contempla o interesse público, há *prerrogativa* (GRINOVER, 1975, p. 30/31).

E o legislador não desconhece a fé pública dos atos do oficial de justiça. Se estabeleceu a regra especial, que não inclui a Fazenda Pública, ele quis com isso fortalecer a atuação em favor dos direitos individuais e transindividuais indisponíveis, pelos quais zela o Ministério Público.

A Lei nº 11.419/06 não alterou o disposto no art. 236 do CPC. Acrescentou o parágrafo único ao art. 237, instituindo a intimação por meio eletrônico, nos termos da lei própria. Como tal, a mesma lei, em seu art. 5º, § 6º, estabelece: "As intimações feitas na forma deste artigo, inclusive da Fazenda Pública, serão consideradas pessoais para todos os efeitos legais".

Sem a revogação do disposto no art. 236, § 2º, do CPC e sem ressalva expressa, como esta, relativa à Fazenda Pública, subsiste íntegra a exigência da intimação pessoal ao Ministério Público.

12 A intimação e os prazos

A intimação se liga aos prazos e ao impulso processual, como se verifica no art. 240 do CPC:

Salvo disposição em contrário, os prazos para as partes, para a Fazenda Pública e para o Ministério Público contar-se-ão da intimação.

Parágrafo único. As intimações consideradas realizadas no primeiro dia útil seguinte, se tiverem ocorrido em dia em que não tenha havido expediente forense.

Confirma-se a importância das intimações e a razão do seu rigor formal, aliado ao princípio da instrumentalidade das formas: os prazos se contam a partir delas. E como existiam dúvidas quanto às intimações realizadas em dia sem expediente forense, a Lei nº 8.079, de 13 de setembro de 1990, acrescentou ao dispositivo o parágrafo único que ele exibe.

Avulta a importância de fixar o dia inicial de cada prazo:

Art. 241. Começa a correr o prazo:

I - quando a citação ou intimação for pelo correio, da data de juntada aos autos do aviso de recebimento;

II - quando a citação ou intimação for por oficial de justiça, da data de juntada aos autos do mandado cumprido;

III - quando houver vários réus, da data de juntada aos autos do último aviso de recebimento ou mandado citatório cumprido;

IV - quando o ato se realizar em cumprimento de carta de ordem, precatória ou rogatória, da data de sua juntada aos autos devidamente cumprida;

V - quando a citação for por edital, finda a dilação assinada pelo juiz.

Esse dispositivo tem a redação dada pela Lei nº 8.710/93. A preocupação do legislador é com a segurança. Daí o critério padronizado, que acabou se refletindo no processo de execução, em que a Lei nº 8.953, de 13 de dezembro de 1994, alterou o art. 738, inciso I, que antes não se referia à juntada do mandado, mas à própria intimação.

Quanto ao edital, que devia incluir expressamente a intimação, embora raríssima a hipótese do seu cabimento, a dilação assinada pelo juiz corresponde ao chamado prazo de espera do art. 232, inciso IV, do CPC.

O art. 242, referindo-se aos prazos para interposição dos recursos, mais corretamente devia constar das disposições gerais dos art. 496 e seguintes, havendo ali dispositivo sobre prazo (art. 506), com expressa referência ao art. 184 e seus parágrafos.

O art. 242 estabelece:

O prazo para a interposição de recurso conta-se da data, em que os advogados são intimados da decisão, da sentença ou do acórdão.

§ 1º Reputam-se intimados na audiência, quando nesta é publicada a decisão ou a sentença.

§ 2º Havendo antecipação da audiência, o juiz, de ofício ou a requerimento da parte, manda-

rá intimar pessoalmente os advogados para ciência da nova designação.

Com a observação sobre a alteração trazida pela Lei nº 8.952, de 13 de dezembro de 1994, com revogação do primitivo § 2º do art. 242 do CPC, e nova numeração do seu § 3º, percebe-se a vantagem de salientar o conhecimento direto dos advogados. Evidentemente, o advogado só fica intimado em audiência para a qual ele tiver sido previamente intimado. A antecipação da audiência encerra grave risco para a segurança: o advogado intimado da audiência pode até encontrar-se no exterior ou em outra comarca. Daí a expressa exigência da sua intimação pessoal, quando houver antecipação da audiência.

E não convém vacilar: se houver intimação para a audiência e se nela for proferida decisão ou sentença, a partir dela se conta o prazo recursal. Mesmo que, por descuido ou excesso de zelo, ocorra intimação também pelo órgão oficial, conforme precedente de jurisprudência, o prazo de recurso se conta da audiência (NEGRÃO; GOUVÊA, 2007, nota nº 5 ao art. 506 do CPC).

13 A intimação por meio eletrônico

Tudo o que se acaba de ver, agora, deve ajustar-se à previsão do parágrafo único do art. 237 do CPC, já transcrito. Admite-se, por força deste, sem caráter preferencial, a intimação por meio eletrônico, nos termos da lei própria, por enquanto a Lei nº 11.419/06. Já foi visto que ela antecipou a regulamentação da intimação, em relação à citação.

E realmente, em seu Capítulo II, a chamada lei do processo eletrônico prevê a possibilidade de criação, pelos tribunais, de *Diário da Justiça eletrônico*, para a publicação dos atos processuais e administrativos, dos próprios tribunais e dos órgãos a eles subordinados, assim como para as comunicações em geral (art. 40). O sítio e o conteúdo das publicações referidas serão assinados digitalmente, com base em certificado emitido pela Autoridade Certificadora credenciada na forma da lei específica (art. 40, § 10). A publicação eletrônica prevista neste artigo substitui qualquer outro meio ou publicação oficial, para quaisquer efeitos legais, ressalvados os

casos que, por lei, exijam intimação pessoal (art. 4º, § 2º). Considera-se a data da publicação o primeiro dia útil após tornar-se disponível a informação no Diário da Justiça eletrônico (art. 4º, § 3º). Os prazos processuais terão início no primeiro dia útil após a data da publicação (art. 4º, § 4º). A criação do Diário da Justiça eletrônico terá ampla divulgação, devendo o seu ato constitutivo ser publicado durante 30 dias no Diário Oficial tradicional (art. 4º, § 5º).

O art. 5º da Lei nº 11.419/06 exige integral transcrição:

As intimações serão feitas por meio eletrônico em portal próprio aos que se cadastrarem na forma do art. 20 desta Lei, dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico.

§ 1º Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se nos autos a sua realização.

§ 2º Na hipótese do § 10 deste artigo, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a intimação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.

§ 3º A consulta referida nos §§ 1º e 2º deste artigo deverá ser feita em até 10 (dez) dias corridos contados da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo.

§ 4º Em caráter informativo, poderá ser efetivada remessa de correspondência eletrônica, comunicando o envio da intimação e a abertura automática do prazo processual nos termos do § 3º deste artigo, aos que manifestarem interesse por esse serviço.

§ 5º Nos casos urgentes em que a intimação feita na forma deste artigo possa causar prejuízo a quaisquer das partes ou nos casos em que for evidenciada qualquer tentativa de burla ao sistema, o ato processual deverá ser realizado por outro meio que atinja a sua finalidade, conforme determinado pelo juiz.

§ 6º As intimações feitas na forma deste artigo, inclusive da Fazenda Pública serão consideradas pessoais para todos os efeitos legais.

Aí estão as regras estruturais da intimação eletrônica, que o artigo seguinte manda observar também para a citação eletrônica: onde e como serão feitas as intimações eletrônicas; a fixação da data da intimação, que deverá constar do registro (ou dos autos, como se lê no texto legal); o critério para o cálculo do prazo, quando a consulta eletrônica não ocorrer em dia útil; o prazo para tal consulta e a consequência da não-observância de tal prazo; a título de informação, a expedição de correspondência eletrônica confirmando o envio da intimação e o início do prazo há pouco referido; quando a urgência do caso puder causar prejuízo a quaisquer interessados ou quando ficar evidente a tentativa de burlar o sistema, o juiz determinará outra espécie de intimação, que atinja a sua finalidade; enfim, mesmo quanto à Fazenda Pública, as intimações, na forma do dispositivo legal examinado, consideram-se pessoais, para todos os efeitos legais.

O art. 9º da Lei nº 11.419/06, no Capítulo III, "Do Processo Eletrônico", dispõe:

No processo eletrônico, todas as citações, intimações e notificações, inclusive da Fazenda Pública, serão feitas por meio eletrônico, na forma desta Lei.

§ 1º As citações, intimações, notificações e remessas que viabilizem o acesso à íntegra do processo correspondente serão consideradas vista pessoal do interessado para todos os efeitos legais.

§ 2º Quando, por motivo técnico, for inviável o uso do meio eletrônico para a realização da citação, intimação ou notificação, esses atos processuais poderão ser praticados segundo as regras ordinárias, digitalizando-se o documento físico, que deverá ser posteriormente destruído.

Se o processo é eletrônico, por lógica e por força da lei que o instituiu, também os atos de comunicação serão por meio eletrônico. O apego aos autos continua subjacente em tudo. O art. 8º refere-se expressamente a "autos total ou parcialmente digitais". Explica-se, portanto, a preocupação com o

"documento físico" relativo ao ato de comunicação realizado "segundo as regras ordinárias". Tal "documento físico" deverá ser posteriormente destruído. Por qual razão? Evidentemente porque não existirão mais os autos relativos às "regras ordinárias", nos quais os atos de comunicação deveriam ficar documentados.

Criticável retrocesso da Lei nº 11.419/06 se encontra na inclusão da notificação como ato de comunicação, como fazia o CPC de 1939, sabido que o CPC atual a inclui entre as medidas cautelares (cf. item 3 deste estudo - A citação: conceito, classificação e espécies).

Remessa nem é mencionada por José Náfel (1959, v. 3, p. 342), não se incluindo entre os exemplos expressos de *termos*, no sentido de peça em que se materializa o ato processual, *v.g.*, termo de juntada, termo de autuação, termo de vista etc. Eliézer Rosa (1957, p. 316) define *remessa*: "É o termo que lavra o escrivão quando expede os autos de um juízo a outro, de autoridade a autoridade, ou de um juízo a autoridade". Logo, remessa nada tem a ver com *vista*, se se pretende usar a terminologia tradicional.

Em último caso, nem sequer o processo eletrônico conseguirá evitar, ainda que de modo subsidiário, a utilização das "regras ordinárias" para a realização dos atos de comunicação processual.

CRUZ, J. R. G. da. Service of process: citation and summons (including the provisions in laws Nºs. 11.280/06 and 11.419/06). *Rev. Justitia (São Paulo)*, v. 197, p.169-192, jul./dez. 2007.

• **ABSTRACT:** In this work, I first study the communication of the judicial process acts to the parties or other subjects in the process. Next, I examine each one of the procedural means used to summon a defendant or to notify other subjects, including electronic communication.

• **KEYWORDS:** Communication. Summons. Notification. Electronic communication.

Referências bibliográficas

AMARAL SANTOS, Moacyr. *Primeiras linhas de di-*

reito processual civil. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 1997. v. 2.

ARAGÃO, E. D. Moniz de. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1991. v. 2.

AZEVEDO, Luiz Carlos de. *O direito de ser citado - perfil histórico*. São Paulo: FIEO-Resenha Universitária, 1980.

CALIFORNIA State. *Standard California Codes*. New York/San Francisco: Mathew Bender, 1998.

CANADA. *Code de Procédure Civile - Code of Civil Procedure*. Montréal: Thémis, 1997.

CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de direito processual civil*. Trad. J. Guimarães Menegale. São Paulo: Saraiva, 1943. v. 2.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria geral do processo*. 16. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

CRUZ, José Raimundo Gomes da. O processo de execução e a reforma do Código de Processo Civil, *Revista de Processo*, v. 25, n. 98, abr./jun. 2000.

_____. Elogio a Lopes da Costa. *Revista de Processo*, 1992. v. 67.

_____. Canadá: direito e processo. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, v. 351, jul./set. 2000.

_____. Os códigos do Estado da Califórnia (EUA), *Revista Brasileira de Direito Comparado*, 2005. v. 27.

_____. *Pressupostos processuais, condições da ação e instrumentalidade do processo*. Uma vida dedicada ao Direito - Homenagem a Carlos Henrique de Carvalho. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

_____. *O controle jurisdicional do processo disciplinar*. São Paulo: Malheiros, 1996.

CRUZ, RENATO. Tecnologia sepulta os telégrafos, que revolucionaram as comunicações no início do século 19. *O Estado de S. Paulo*, 26 fev. 2006.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*. São Paulo: Malheiros, 2001. v. 2-3.

_____. Notas. In: ENRICO TULLIO LIEBMAN. *Manual de direito processual civil*. Trad. C. R. Dinamarco. Rio de Janeiro: Forense, 1984. v. 1.

FERREIRA, AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA. *Aurélio Século XXI - o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GOUVÊA, JOSÉ ROBERTO F. *Código de Processo Civil e legislação processual em vigor*. 39. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

- FRANCE. *Nouveau Code de Procédure Civile*. Paris: Dalloz, 1987.
- GRECO FILHO, Vicente. *Direito processual civil brasileiro*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2000. v. 2.
- GRINOVER, Ada Pellegrini. *Os princípios constitucionais e o Código de Processo Civil*. São Paulo: Bushatsky, 1975.
- LIEBMAN, Enrico Tullio. Nota. In: CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de direito processual civil*. Trad. J. Guimarães Menegale. São Paulo: Saraiva, 1943. v. 2.
- LOPES DA COSTA, Alfredo Araújo. *Direito processual civil brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1959. v. 2.
- _____. *Da citação do processo civil*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1927.
- MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. *Código de Processo Civil interpretado*. São Paulo: Saraiva, 1993.
- MARQUES, José Frederico. *Manual de direito processual civil*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1983. v. 4.
- MAXIMILIANO Carlos. *Hermenêutica e aplicação do Direito*. 7. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Freitas Bastos, 1961.
- MOREIRA, José Carlos Barbosa. Observaciones sobre las llamadas pruebas atípicas. *Temas de Direito Processual* - Sétima série. São Paulo: Saraiva, 2001.
- _____. *O novo processo civil brasileiro*. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
- NÁUFEL, José. *Novo dicionário jurídico brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Konfino, 1959. v. 2/3.
- NEGRÃO, Theotonio; *Código de Processo*. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 1983.
- NEGRÃO, Theotonio; GOUVÊA, José Roberto F. *Código de Processo Civil e legislação processual em vigor*. 39. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- _____. *Código de Processo*. 37. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- _____. *Código Civil e legislação civil em vigor*. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- NERY JUNIOR, Nelson; ANDRADE NERY, Rosa Maria. *Código de Processo Civil comentado*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.
- ROSA, Eliézer. *Dicionário de processo civil*. Rio de Janeiro: Editora de Direito, 1957.
- SANTOS, Ernane Fidélis dos. *Manual de direito processual civil*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1996. v. 1.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de direito processual civil*. 22. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997. v. 1.
- TUCCI, José Rogério Cruz e; AZEVEDO, Luiz Carlos de. *Lições de história do processo civil romano*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.
- USA. *Federal Rules of Civil Procedure* - Federal Civil - Judicial Procedure and Rules. West Group, 1999.
- ZPO. München: Goldman, 1978.
- _____. Vienna: Manzschke, 1991.